

A ARTICULAÇÃO DOS ACONTECERES NA CONSTRUÇÃO DOS FLUXOS GLOBAIS: NOTAS SOBRE O CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DE MEDICAMENTOS NA FRANÇA E NO BRASIL*

Ricardo Mendes Antas Jr.**
Universidade de São Paulo

Resumo: No presente artigo, analisamos o circuito espacial produtivo de medicamentos presente nos territórios francês e brasileiro e determinadas trocas realizadas entre esses países, mas não exclusivamente. Abordamos a combinação de acontecimentos homólogos, complementares e hierárquicos na execução das ações globais que constituem os circuitos espaciais produtivos, isto é, a articulação desses acontecimentos por parte das corporações e do Estado de modo a promover uma sincronia entre os chamados *espaços da globalização* para efetivar uma divisão territorial do trabalho global. Inicialmente, discute-se a pertinência do conceito de *circuito espacial produtivo* em vez de *cadeia produtiva* ou *redes de produção global*. Em seguida, a articulação entre os acontecimentos para a realização de ações globais. Por fim, elegemos quatro complexos de eventos do ramo farmacêutico e o modo como se apresentam nos territórios francês e brasileiro para abordar a produção de simultaneidades instrumentais à competitividade para as empresas do referido circuito espacial.

Palavras chave: Circuito espacial produtivo de medicamentos. Acontecer solidário. Simultaneidade. Brasil. França.

THE ARTICULATION OF EVENTS IN BUILDING OF GLOBAL FLOWS: NOTES ON THE PRODUCTIVE SPATIAL CIRCUIT OF DRUGS IN FRANCE AND BRAZIL

Abstract: We analyzed the spatial circuit of pharmaceutical products in French and Brazilian territories from the flow of productive inputs to this industrial production. In order to understand the modus operandi of these exchanges, we applied the concepts of homologous, complementary and hierarchical events and their articulation by companies and the State, to identify the technical division of labor between the industries of these two countries. We were able to verify the pharmaceutical industry articulations and productive particularities of each country to increase capital accumulation. We identified this intentional combination of events by transnational companies and the State by the use of simultaneity to strengthen capitalist competitiveness.

Keywords: Spatial circuit of pharmaceutical products. Homologous, complementary and hierarchical events. Space-time simultaneity. Brazil. France

Abstrait: Nous avons analysé le circuit spatial des médicaments dans les territoires français et brésiliens à partir des flux d'intrants productifs nécessaires à cette production industrielle. Pour comprendre le traitement de ces échanges, nous avons utilisé les concepts d'événements homologiques, complémentaires et hiérarchiques et leur articulation par les entreprises et l'État, identifiant comment une division technique du travail a été réalisée entre les industries installées dans ces deux pays. Nous avons pu vérifier que les laboratoires pharmaceutiques transnationaux articulent les particularités institutionnelles et productives de chaque pays pour augmenter l'accumulation de capital. Nous avons identifié cette combinaison intentionnelle d'événements par des sociétés transnationales et l'État comme l'utilisation de la simultanéité espace-temps pour renforcer la compétitivité capitaliste.

Mots-clés: Circuit spatial des médicaments. Événements homologiques, complémentaires et hiérarchiques. Simultanéité. Brésil. France.

* Este artigo foi apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo n. 2017/21787-0; e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Processo 307702/2017-0. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP/CNPq.

**Doutor em Geografia. Professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Avenida Professor Lineu Prestes, 338. Cidade Universitária, São Paulo - SP. CEP 05508-000. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8393-0964>. E-mail: ricardomendes@usp.br

Introdução

Uma questão importante sobre os circuitos espaciais produtivos e os fluxos globais que lhe são inerentes é a dos encaixes necessários entre a organização espacial dos lugares emissores e receptores das trocas envolvidas. Aqui, procuramos apontar em linhas gerais a importância de levar em conta as diferentes temporalidades de cada lugar para que se atinja uma divisão territorial do trabalho global na produção industrial, isto é, uma combinação entre lugares e regiões em rede para a realização de uma mesma mercadoria, e não apenas fluxos de produtos acabados destinados ao comércio.

Desse modo, o debate que propomos considera a acumulação de capital, as técnicas empregadas na produção industrial e em serviços especializados, as normas estruturantes e as ocasionais e a diversidade de empresas que constitui o mercado farmacêutico, especialmente os laboratórios presentes nos complexos industriais da saúde francês e brasileiro.

O foco do desenvolvimento teórico são as diversas temporalidades decorrentes da acumulação de divisões do trabalho pretéritas e recentes e a emergência da unicidade do tempo como um fator constituinte da globalização. Esse é um fundamento importante para compreender como se expandem os circuitos espaciais produtivos. Pretendemos contribuir com o debate postulando a dimensão temporal e a difusão das modernizações como um processo espacial (SANTOS, 1985, p. 21) para avançar no entendimento da dinâmica global dos circuitos. O debate sobre o uso do tempo e a produção global não é inédito, tendo sido abordado em diferentes aspectos por Silveira (1999, 2013), David (2016) que estudou a indústria de equipamentos médicos da saúde no estado de São Paulo, além de Milton Santos (1994b, 1996, 2000), entre outros.

Importa ressaltar que empreender uma análise de circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação no espaço remonta a outros conceitos conexos e a pressupostos teóricos. Como assevera Haesbaert (2010, p. 159), "dentro desse sistema, constelação ou família (ou, para os mais pretensiosos, 'teoria') mais amplos é que o conceito adquire sua consistência, e não isoladamente". Assim, não se podem desconhecer os fundamentos de que parte o proponente do conceito, como o espaço constituído por conjuntos de sistemas de ações e objetos indissociáveis, a acumulação desigual de tempos, verticalidade e horizontalidade, e o entendimento de que o espaço é uma instância social. Consequentemente, propor uma análise a partir desses conceitos nos leva a visitar a teoria geográfica de modo amplo.

O espaço geográfico como instância social

pressupõe a historicidade dos processos espaciais e, por extensão, a categoria tempo e as formas como se empiriciza (SILVEIRA, 2013, p. 22). Nesta análise, o eixo das sucessões e o eixo das coexistências (SANTOS, 1996) ganham relevância para compreender o processo de implementação, manutenção e mudanças nos circuitos espaciais produtivos.

Nossa preocupação teórica sobre os circuitos espaciais é estimulada por uma análise que trata do complexo industrial da saúde na França e no Brasil conjuntamente e as conexões promovidas pelos fluxos de medicamentos acabados e insumos produtivos. Resulta das relações específicas entre as duas formações socioespaciais nosso interesse nos eventos, na solidariedade dos acontecimentos e na unicidade do tempo, assim como nos processos econômicos simultâneos que derivam dessas combinações.

Portanto, não pretendemos tecer uma análise apenas comparativa e exaustiva, mas investigar a imbricação dos acontecimentos homólogo, complementar e hierárquico (SANTOS, 1996, p. 132) que constituem ambos os territórios, já que esses circuitos se definem por ações de alcance global. Para ver atendidas suas demandas produtivas, a ação corporativa articula diferentes lugares e regiões. Mas como se dá esse processo no espaço geográfico? Que papel exercem as normas, as empresas, as inovações técnico-científicas e seus diferentes ritmos de modernização em cada formação socioespacial?

Um circuito espacial produtivo e sua imanente expansão global logra se instalar em meio a realidades territoriais cuja temporalidade tem mais diferenças do que semelhanças com as demais regiões e lugares onde o circuito espacial já está instalado, mesmo quando estão presentes sistemas técnicos padronizados de presença planetária (SASSEN, 2010, p. 55-57). A homogeneidade dos sistemas de objetos técnicos não assegura *per se* a dinâmica dos acontecimentos. Assim, emerge a questão: como se constrói a sincronia de eventos instrumentais da produção?

A ação corporativa deve levar em conta a acumulação desigual de tempos que constitui cada território, sem a qual se comprometeria a viabilidade de suas ações globais. Essa acumulação de tempos pode ser expressa pelas diferentes divisões territoriais do trabalho, pretéritas e recentes, e que no seu conjunto produzem os eventos que constituem o presente.

La técnica (forma) permite empirizar el tiempo porque su contenido (evento) es un contenido de tiempo, el tiempo de los objetos sobre el cual opera el tiempo de las acciones. En virtud de su realidad empírica, las técnicas permiten periodizar, porque son representativas de épocas históricas y revelan una forma de trabajar, de dividir y de distribuir el trabajo (SILVEIRA, 2013, p. 22).

Se tomarmos apenas os eventos relativos ao universo econômico de determinado ramo produtivo, notaremos a presença dos aconteceres homólogo, complementar e hierárquico decorrentes de divisões do trabalho constituídas por diferentes modernidades combinando, em cidades e regiões, a produção geral do país. Ter capacidade para controlar alguns conjuntos desses aconteceres permite a chegada ou a intensificação dos vetores verticais.

Vejamos alguns apontamentos nesse sentido, sobre a produção industrial dos laboratórios farmacêuticos que estão entre os ramos mais globalizados. Essa produção racional de parte dos aconteceres busca alcançar maior competitividade criando uma determinada simultaneidade que lhe seja favorável para a realização da mercadoria usando uma rede de lugares em sincronia para uma produção global.

A instantaneidade e a simultaneidade que hoje se conhece no âmbito da circulação de informações (...) é o resultado desse progresso técnico motivado pela demanda de comunicação das grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas. A internacionalização do capital produtivo foi responsável, entre outros aspectos, pela formação de poderosas redes constituídas de dezenas, senão centenas de unidades (CORRÊA, 1997, p. 284).

Pôde-se constatar parcialmente essa dinâmica ao analisar determinadas trocas entre o complexo industrial da saúde francês e o brasileiro. Entretanto, se observou que não se trata de uma racionalidade técnica que se impõe e se instala isoladamente pela "onipresente e onipotente" corporação, mas antes de um processo político que envolve Estado e empresas e a consolidação ou a emergência de hegemonias estatais e corporativas (ANTAS JR., 2005, p. 154; HIRST; THOMPSON, 1998, p. 288-289).

Analisar os circuitos espaciais produtivos nessa perspectiva permite-nos tratar da dinâmica sócio-espacial na escala das regiões e dos lugares produtivos que servem (também) à dita produção global. Desse modo, a questão de fundo que procuramos abordar é: que combinação entre os aconteceres homólogos, complementares e hierárquicos permitem que os vetores verticais se instalem no território no caso do ramo farmacêutico?

Cadeias produtivas, redes de produção global, circuitos espaciais produtivos

Os argumentos de Henderson et al. (2011) sobre a dinâmica das redes de produção global (RPG) e a sustentação de que o conceito de rede explica melhor a dinâmica da produção global do que a metáfora das

cadeia produtivas são convincentes e dão consistência à explicação do concerto entre os agentes envolvidos nas RPG, onde estão presentes as empresas globais, o Estado e a sociedade organizada (ainda que de modo lateral), além das empresas de ação nas escalas nacionais e regionais.

Castillo e Frederico (2010) tecem uma crítica ao conceito de cadeia produtiva e põem em relevo o conceito de circuito espacial produtivo destacando sua operacionalidade na teoria geográfica na medida em que a produção e todo o conjunto de serviços que a viabilizam são considerados na análise, assim como os agrupamentos econômicos atuantes nas diferentes escalas dos territórios nacionais e sua relação com os agentes econômicos globais.

Um argumento que une as duas análises: diversos autores consideram a cadeia produtiva um sistema fechado cujo fim é explicar e aplicar o processo técnico e de organização da produção. Tais estudos desconsideram o Estado, pelo menos em grande medida, e mais ainda a sociedade nacional e local, uma vez que seu interesse é apenas a produção, os gargalos etc. Confirma essa concepção o conceito de *cluster*, que é um isolamento de determinadas atividades econômicas num espaço geométrico desenvolvido no mesmo sistema conceitual.

O debate teórico proposto por Henderson et al. (2011) parte da perspectiva do desenvolvimento econômico e social e considera o espaço e o território conceitos importantes para o entendimento das redes de produção global. De fato, vemos no texto a importância dada ao "enraizamento territorial" e também às "dinâmicas espaciais", com destaque das interações e dos conflitos gerados pela presença das firmas globais com outras nacionais, regionais e locais, assim como com o território em suas diferentes escalas.

Entretanto, na abordagem de Henderson et al. (2011), o território protagoniza a resistência às ações globais (o enraizamento territorial), como se ele não fosse constituído por redes. É precisamente nesse ponto que os circuitos espaciais produtivos logram explicar como se constituem as integrações e os conflitos na criação de cooperações capitalistas nos lugares e nas regiões que oferecem possibilidade de produções industriais globais.

Além dessa divergência teórica, um ponto central que separa as duas argumentações é que, para Henderson et al. (2011), as análises das ciências sociais sobre fluxos e corporações globais são "Estado-cêntricas",¹ enquanto

¹"[...] a pesquisa sobre o desenvolvimento econômico (como acontece com a maior parte das ciências sociais) tem sido estado-cêntrica em seus pressupostos e análises" (HENDERSON et al., 2011, p. 145).

a proposição de RPG se caracteriza por não conferir tal importância ao Estado, atribuindo grande autonomia às empresas globais e às trocas transfronteiriças que são capazes de gerar.

As análises sobre os circuitos espaciais produtivos divergem nesse ponto e consideram centralmente a formação socioespacial que, como totalidade, é constituída por redes, espaços da globalização/meio técnico-científico-informacional e pelo espaço banal (SANTOS, 1994a, p. 16; 1994b). O Estado como forma do poder soberano tem importância meridiana, inclusive para as corporações, pois as diferentes instituições que compõem a esfera pública são fundamentais na estruturação do setor produtivo *lato sensu* no território e sem as quais é difícil conceber tais dinâmicas globais.

Assim, o conceito de cadeia produtiva e o de redes produtivas globais podem subsidiar a análise das firmas globais, mas não permitem aprofundar o que sejam as ações globais e seus incontestáveis rebatimentos no território, na medida em que a formação socioespacial (e o conjunto de agentes intrínsecos à categoria) não é coadjuvante do processo, como se a rede de produção global prescindisse dos lugares e das regiões onde estão instaladas as corporações.

Daí a maior operacionalidade do conceito de *circuito espacial produtivo*. O termo *circuito* se refere não só à estrutura econômica do território no presente, mas também à acumulação de divisões do trabalho pretéritas que configuram os lugares, assim como todo o território. As possibilidades desenvolvidas ao longo da história e sua combinação na construção do presente produzem dinâmicas idiossincráticas que devem ser consideradas para compreender como determinadas cidades e regiões com intensa modernização se integraram aos espaços da globalização; e o Estado, mesmo quando não explicitado, é entendido como parte inerente de todo o processo.

Circuitos espaciais produtivos e a combinação dos acontecimentos

As tecnologias da informação e da comunicação (TCI) conformam o aparato técnico e organizacional que promove as redes, origina ensaios de novas formas de integração social, alicerça inovações técnico-científicas etc., mas podemos mesmo afirmar que essas tecnologias são as redes ou pertencem a elas? Ainda que possa parecer redundante, cumpre lembrar que as redes consolidadas e influentes em todas as escalas são estruturadas por força de interesses econômicos

e políticos, presentes, sobretudo, nas manchas e nos pontos do meio técnico-científico-informacional. Assim, entendemos que as TCI resultam da associação entre ciência e técnica para atender à imanência no mundo pós-fordista, que é de criação e expansão de relações sociais reticulares e relativização das relações sociais de contiguidade, que no entanto seguem sendo predominantes.

Essa diferenciação espacial (reticular e contiguidade) interfere diretamente na produção e nos tipos de evento. A produção dos eventos é condicionada pelas redes e pela extensão em termos de duração, alcance, eficácia (quando planejados), formas de encadeamento etc. Conforme Santos (1996, p. 123), os eventos se tornam empíricos nos objetos,² e é por meio de suas combinações possíveis que se formam as diferentes formas do acontecer solidário:

Tanto o acontecer homólogo quanto o acontecer complementar supõem uma extensão contínua, na cidade e no campo, sendo a contiguidade o fundamento da solidariedade. Já no caso do acontecer hierárquico, as relações podem ser pontuais. Aqui, a solidariedade independe da contiguidade. É a diferença entre proximidade espacial e proximidade organizacional (SANTOS, 1996, p. 133).

Logo, é preciso levar em conta o tempo e as diferentes formas que se apresentam aos indivíduos e às formas de agrupamentos sociais como o Estado em suas diferentes escalas de ação, as empresas, as organizações não governamentais etc. Daí que, além da história e da sucessão dos períodos, seja preciso considerar centralmente a solidariedade dos acontecimentos constitutivos do eixo das coexistências.

Com essas distinções e considerando suas diferentes combinações, criam-se as condições para que se pergunte como se dá uma produção global com suas interações entre espaços da globalização presentes em diferentes cidades e regiões, com o espaço banal que é usado por toda a população e suas formas de organização, produtivas ou não, na construção do presente (SILVEIRA, 1999, p. 370). Nesse sentido, é importante distinguir o território e a rede, mas sem levar essa separação às últimas consequências ou tomá-la como verdade axiomática (CORRÊA, 1997), isto é, a de que se trata de entes completamente dissociados e independentes.

Por isso entendemos que se deve atentar ao risco de igualar a totalidade em que se constitui a formação socioespacial e as fontes do poder que dela emana – sendo o Estado territorial a expressão de seu poder

²Segundo Alain Badiou, “O evento está preso, em sua própria definição, ao lugar, ao ponto, que concentra a historicidade da situação. Todo evento tem um sítio singularizável numa situação histórica” (1996, p. 147).

hegemônico e dominante – com o poder de outra ordem de abrangência e natureza, que é o poder corporativo global, que se vale das redes especializadas como pontos/manchas dos territórios. Sua localização e ação em determinadas regiões não se dá fora da formação socioespacial, mas, ao contrário, depende dela. Em grande medida, o poder corporativo procura se apropriar de parte da acumulação do conjunto de empresas cuja base de existência é o território.

No caso particular da produção industrial, globais são as empresas capazes de estar presentes em vários territórios e também de articular agentes produtivos de menor alcance e dispersos em diferentes países, de modo a expandir geograficamente a obtenção de mais-valia. A política das empresas impõe, barganha e também se submete aos Estados, em certa medida, mas é sobretudo uma política que estabelece condições para parte significativa dos agentes produtivos não globais.

Assim, os aconteceres combinados que produzem o presente têm como resultado ações e eventos espontâneos (talvez seja melhor dizer *pouco previsíveis*) articulados com ações e eventos desdobrados da racionalidade das técnicas e das normas (SILVEIRA, 1999, p. 148). Quando se controla parte dessa racionalidade para produzir aconteceres hierárquicos, homólogos e complementares, é possível produzir simultaneidades espaço-temporais seletivas por meio de sistemas técnicos e organizacionais voltados para fins semelhantes, de cooperação capitalista. A nosso ver, trata-se da construção premeditada de certa simultaneidade voltada unicamente aos interesses de acumulação.

Esa circularidad dialéctica adquiere espesura hoy por la "ampliación de los contextos" (SANTOS, 1996), es decir, por la multiplicación de lugares y actores que participan de intercambios y conexiones, cada vez más acelerados y que generan nuevos comportamientos y percepciones. (...) la globalización es productora de un tiempo propio: un acontecer espeso e interrelacionado que se acompaña de la percepción de la simultaneidad y de la universalidad (SILVEIRA, 2013, p. 22).

A simultaneidade é um dado constituinte do eixo da sincronia dos aconteceres. Mas há uma mudança com as TCI, que passaram a conectar eventos simultâneos, o que não necessariamente ocorria antes. Assim, abriu-se a possibilidade de usar temporalidades deliberadamente para fins de ganho de competitividade. Seria a simultaneidade não só como atributo espacial, mas imbuída de racionalidade para atingir fins específicos.

O circuito espacial produtivo de medicamentos e a combinação dos aconteceres para a produção globalizada

O fato de Dupuy e Karsenty (1980) terem chamado a atenção, no início da década de 1970, para os perigos da medicalização da sociedade, é um registro de que ainda se concebiam outras formas de tratamento que não apenas por produtos farmacêuticos. Hoje, essa questão é muito pouco abordada em termos de propostas alternativas de terapia. Ao contrário, assistimos a um mercado farmacêutico global em franca expansão, que hoje beira a casa de US\$ 1 trilhão anual em comércio de medicamentos com prescrição médica (INTERFARMA, 2018).

Atualmente, o Brasil é 6º mercado farmacêutico mundial (10º em 2010 e 7º em 2012), tendo à frente EUA, China, Japão Alemanha e França (INTERFARMA, 2018; Sindusfarma, 2017, p. 27). Em 2017, o país contabilizava vendas de 5,8 bilhões de unidades com movimentação de R\$ 126 bilhões (CLARK, 2017, p. 13).

Esses números mostram a importância do Brasil no cenário mundial, mas não se devem confundir o mercado farmacêutico, que se refere aos volumes comercializados no país ou no mundo, com a produção industrial de medicamentos, que atende a demanda dos mercados. Em 2011, quando era o 8ª maior mercado, o Brasil constava como 12º no "ranking de produção efetiva de medicamentos dos principais países" (INTERFARMA, 2015, p. 44). É possível que essa posição tenha mudado um pouco, mas EUA, Alemanha, Japão, China, Suíça, França e Reino Unido ainda mantêm sua posição de liderança na produção industrial.

Há muitas questões que inspiram análises no ramo farmacêutico, e aqui nos atemos à produção industrial de medicamentos e às instituições e organizações que lhe dão suporte, os chamados *círculos de cooperação no espaço* (SANTOS, 1988), com foco no Brasil e na França. Apesar das diferenças em termos de volume de produção, esses países guardam semelhanças e parcerias, seja entre os governos de Estado e suas políticas públicas de saúde, seja entre empresas, seja ainda entre Estados e empresas. Nesses termos, a escolha desses países é particularmente útil ao nosso interesse de analisar os circuitos espaciais produtivos de medicamentos e a divisão territorial do trabalho globalizada.

Reiterando, interessa-nos analisar os modos como se concatenam as produções globais do ponto de vista econômico, técnico e normativo, e, portanto, esse encadeamento implica considerar a categoria tempo segundo sua unicidade (SANTOS, 1996), operacionalizada pela solidariedade dos aconteceres,

e a construção de uma produção industrial que não se limite a fronteiras territoriais.

Muitos eventos concorrem para garantir essa lógica inaugurada com o período da globalização, e cada qual tem inúmeros desdobramentos, dada a dinâmica acelerada de criação, repetição e diferenciação de eventos que combinam diversas temporalidades e que, no período atual, tornam-se globalmente solidárias em função da instalação de sistemas de objetos técnicos presentes seletivamente em vários territórios; “assim, os novos sistemas de ações, informados e precisos, orientam a multiplicidade de objetos técnicos para um funcionamento tendencialmente único e centralizado” (SILVEIRA, 1999, p. 241).

Um parque de biotecnologia desenvolvido por investimento público e privado – regional e local – e associado a universidades, pequenas e médias empresas que se modernizam ou são criadas para fornecer produtos a grandes laboratórios farmacêuticos e as demandas por insumos médico-hospitalares do sistema público de saúde são formas de convergência entre acontecimentos homólogos e hierárquicos. E há um esforço para criar espaços de racionalidade instrumental nos territórios visando unir esses acontecimentos de modo a inserir agentes locais e regionais nos vetores globais e, inversamente, inserir corporações globais em economias regionais características de determinada formação socioespacial.

Para abordar a relação entre objetos técnicos hegemônicos e a combinação de acontecimentos na realização de uma produção industrial global, analisamos brevemente quatro situações importantes formados por complexos de eventos conexos (SANTOS, 1996, p. 130) e considerando esse processo nas formações socioespaciais francesa e brasileira: as normas fundantes dos sistemas públicos de saúde, a inovação científico-tecnológica, a emergência das empresas CDMO (Contract Development and Manufacturing Organisation) e os fluxos de insumos e produtos farmacêuticos acabados.

Salientamos que não examinamos a fundo cada um desses temas que afetam a produção farmacêutica, posto que já o fizemos em outras oportunidades, conforme apontamos ao longo do texto.

As normas fundantes dos sistemas públicos de saúde

Há uma variedade de sistemas nacionais de saúde que resultam de longos processos históricos desenrolados em cada formação socioespacial. Entretanto, é possível

generalizá-lo em dois tipos fundamentais: aqueles em que predominam agentes privados e instituições sem fins lucrativos como as beneficentes, geralmente ditos assistencialistas, e aquelas de caráter público, majoritariamente constituído por instituições de saúde públicas e, em muitos casos, “universais” isto é, a que toda a população pode ter acesso como um bem de direito (ANTAS JR., 2017).

Este segundo tipo é o que vigora na França e no Brasil, embora com diferenças significativas. No Brasil, o acesso é mais simplificado e inclui estrangeiros presentes no território; seu financiamento público se dá por meio de orçamento anual cujos fundos são alimentados por desconto direto em folhas de pagamento, impostos específicos, empresas e instituições governamentais, autarquias etc., embora o predomine o provimento privado. Na França, o direito à saúde é universal para os cidadãos franceses, e seu acesso se dá por meio de pagamento e posterior reembolso, seja para consultas, exames ou aquisição de medicamentos, e a provisão privada é minoritária (CORDILHA; LAVINAS, 2018).

As normas fundantes dos sistemas vigentes são as leis de criação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil e a de Assurance Maladie (AM) na França. A legislação que criou esses sistemas organizacionais e as sucessivas leis complementares, de aperfeiçoamento ou reorganização, vão estabelecendo uma manutenção do evento normativo no espaço, embora essa permanência apresente uma dinâmica para acompanhar as sucessivas transformações sociais, políticas e econômicas que atravessam as formações socioespaciais.

Ainda que restritas à escala do território nacional, tais normas fundantes geraram sistemas organizacionais para alcançá-lo todo e produziram o acontecer hierárquico, pois acabaram por definir, em qualquer ponto do respectivo território não só as formas de acesso da população, mas também os modos como devem proceder as empresas e as instituições relacionadas à saúde, sejam elas prestadoras de serviços ou produtivas. Essa característica, por exemplo, levou Almeida (2005) a considerar o SUS uma verticalidade institucional, o que, pensamos, se aplica em alguma medida ao sistema francês, embora ele seja mais descentralizado nas comunas do que nos municípios brasileiros.

No entanto, é preciso considerar centralmente que as normas podem ser similares na forma, mas fazem diferença o momento em que foram criadas, o modo como se desdobram os conteúdos fixados pela lei, as frequentes adaptações e complementações exigidas pelo transcorrer histórico e a sucessão dos períodos.

A seguridade social em vigor na França foi criada em 1945 e efetivamente implementada com a Constituição

de 1946, em consonância com a emergência dos Estados de bem-estar social europeus após a Segunda Guerra. Já o SUS foi idealizado na Constituição de 1988 e começou no início da década de 1990, após a promulgação da Lei Orgânica da Saúde (Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, complementada pela Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990).

Assim, esses sistemas são estruturados pelas normas fundantes em momentos diferentes. No caso francês, num período em que o país aprofunda o fordismo, o que fortalece os laboratórios farmacêuticos já existentes (em grande número e que desde então vêm passando por intenso processo de fusões e aquisições), com o alargamento da demanda promovido pela lei, e favorece a criação de novas empresas, estatais e privadas, que também cresceram rapidamente.

O Brasil tem seu mercado farmacêutico intensificado com a criação do SUS, isto é, no período de acumulação flexível. Mas, é bom frisar, nas décadas de 1960-70, o Brasil já conta com um mercado farmacêutico relativamente bem desenvolvido para um país de Terceiro Mundo, formado por empresas nacionais e grandes empresas estrangeiras (CORDEIRO, 1980), o que impulsiona também um forte crescimento a partir dos anos 1990.

Assim, nota-se que a produção do acontecer hierárquico resultante de tais leis, ainda que originadas em períodos distintos, acaba tendo participação convergente no presente, o que implica a homogeneização das práticas médicas (SCHRAIBER, 1993) e das formas de institucionalização e a participação simultânea desses sistemas na financeirização que gerou muitas conexões entre as empresas dos dois sistemas.

A criação desses dois sistemas de saúde pública promove um acontecer hierárquico que parte do Estado e origina uma série de solidariedades, subsidiando as ações globais das empresas no presente.

A inovação científico-tecnológica

A inovação científico-tecnológica é um fator mais importantes para aumentar a competitividade das empresas do ramo farmacêutico, um dos ramos mais necessitados dessa inovação para a produção industrial.

Em grande medida, isso explica o estabelecimento de uma agenda mundial de investigação de conhecimento aplicado ao ramo farmacêutico, particularmente em biotecnologia e farmoquímica, incitando institutos de pesquisa e universidades a desenvolverem conhecimento científico e tecnologia. À medida que esse processo evoluiu, as corporações do setor passaram a se utilizar

de investimento público, associando-se aos Estados e gerando patentes e processos produtivos.

A intensa produção de conhecimento voltado à inovação pelos Estados e por suas instituições de pesquisa é um dos fatores que internacionalizam e globalizam as empresas, uma vez que implicam mais competitividade reduzindo custos. Isso ocorre sobretudo em lugares que desenvolvem esse tipo de conhecimento, e um dado atual importante é o crescimento acelerado desses processos que reúnem universidades, públicas ou não, Estado e corporações em países de Terceiro Mundo capazes de inovar a custos menores do que os da Tríade (EUA/Canadá, UE e Japão). Criou-se inclusive o termo *pharmerging*³ para designar esses países no mercado farmacêutico mundial.

Na França, há um caso paradigmático que chama atenção para essa questão. Tanto sindicatos patronais como a Les Entreprises du Médicament (LEEM) e a FranceBiotech quanto instâncias estatais pertinentes constataram uma forte queda da França no *ranking* dos países europeus que detinham as maiores produções de laboratórios farmacêuticos (o país estava em primeiro lugar nos anos 1990 e caiu para 4º em 2006), e se passaram a tomar medidas para identificar o problema e propor ações para revertê-lo.

O diagnóstico logo apontou o sistema de seguridade social, que garantia a compra de 85% de todos medicamentos consumidos pela população e, ao mesmo tempo, forçava para baixo os preços de fábrica, ou mantinha os preços abaixo dos praticados em outros mercados importantes, inibindo a inovação tecnológica e produzindo sobretudo os chamados “medicamentos maduros”, isto é, aqueles antigos, com baixa tecnologia e processo produtivo menos oneroso, posto que tinham seu consumo garantido pelo sistema de reembolso da Assurance Maladie.

Assim, constatou-se que os biomedicamentos que exigem mais conhecimento científico aplicado praticamente não eram produzidos na França e que a maior parte do consumo crescente desses medicamentos era importado de países onde o mercado impunha mais competição (como Inglaterra, Alemanha e Suíça, entre os principais). Nesses termos, não só a França perdia em produção industrial de alto valor agregado como sua balança comercial passou a ser fortemente deficitária no tocante aos biomedicamentos e a seus princípios ativos que eram importados em quantidade cada vez maior (ANTAS JR., 2019a).

³África do Sul, Arábia Saudita, Argélia, Argentina, Bangladesh, Brasil, Cazaquistão, Colômbia, Chile, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Polónia, Rússia, Turquia e Vietnã.

Uma das primeiras providências do Estado no território foi implementar, por força de decretos, equipamentos e criar estruturas organizacionais a partir de 2007-08, com o lançamento dos Biopolos, parques tecnológicos concebidos como "rede de polos de competitividade na área da saúde", para fomentar a cooperação entre empresas de todos os portes, nacionais e estrangeiras, na produção de tecnologia de ponta.

O caso brasileiro, contemporâneo ao da França, é de outra ordem, embora também envolva biomedicamentos. Apesar de ter uma produção de laboratórios nacionais e internacionais, o país não tinha uma solução institucional para voltar investimentos em inovação e produção industrial especificamente ao setor. Aqui, no âmbito do Ministério da Saúde, criou-se o Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS), pelo Decreto [s.n.], de 12 de maio de 2008, que passou a aglutinar todos os setores industriais voltados à saúde. A partir daí, começaram a ser criadas linhas de financiamento específicas para o complexo industrial da saúde e, no caso dos laboratórios, o Profarma, programa de apoio à indústria farmacêutica do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além disso, o país também conta com um considerável número de parques tecnológicos e arranjos produtivos locais voltados à saúde (DAVID, 2016, p. 137-156), inclusive equipamentos médico-hospitalares, tal como ocorre também na produção farmacêutica.

De fato, tanto a criação de polos de tecnologia na França como o complexo industrial da saúde no Brasil promoveram linhas de crédito vantajosas que foram acessadas privilegiadamente pelas grandes empresas. Foram eventos que visaram facilitar a chegada dos vetores verticais no território (SANTOS, 1994b, p. 93) de modo a alavancar o setor intensificando o acontecer hierárquico pela atração de mais agentes globais ou de determinadas ações globais.

Trata-se de um processo complexo, pois, uma vez atraídas essas ações globais, é preciso também integrá-las aos vetores horizontais que garantiriam sua eficácia. Logo, é possível afirmar que se procurou integrar o acontecer hierárquico com os agentes produtores dos acontecimentos homólogos, sem os quais os fluxos globais não obtêm o lastro necessário para impor a chamada competitividade.

Detendo as tecnologias de ponta e os mercados que as consomem, as corporações efetivamente hegemonizam a maior parte das empresas de um ramo em seu benefício. Como controlam os fluxos globais desses produtos específicos, as empresas que usam o território como abrigo procuram se associar às que o utilizam como recurso (SANTOS, 1994a, p. 19). Um

contrato firmado para fornecer um insumo produtivo pode colocar uma empresa pequena ou média, e mesmo inserir um lugar ou uma região, num circuito espacial produtivo. Em suma, trata-se de uma associação entre corporações, Estado, sindicatos patronais e um grupo seletivo de empresas nacionais para a recepção do acontecer hierárquico e sua inserção no circuito produtivo global.

A emergência de um novo tipo de cooperação capitalista para a expansão global dos laboratórios farmacêuticos: as empresas CDMO

As empresas CDMO podem ser consideradas produto da necessidade das grandes empresas farmacêuticas de expandir a cooperação capitalista para atender às especializações no setor farmacêutico que se desenvolveram a partir dos anos 2000 e que implicaram muitas mudanças no modo de produzir medicamentos.

São empresas especializadas na produção das mais distintas fases do processo farmacêutico tais como selecionar embalagem adequadas, desenvolver e implementar processos, aplicar testes clínicos, prestar apoio analítico e regulamentar, ampliar processos e transferir tecnologia, proceder ao preenchimento asséptico de substâncias líquidas de droga, desenvolver e obter patentes e mesmo realizar a acreditação de medicamentos junto a agências nacionais de vigilância sanitária para autorizar a importação dos medicamentos das grandes empresas contratantes.

Esse tipo de empresa é específica do setor farmacêutico e teve início nos anos 1990; antes disso, as empresas cobriam todas as etapas produtivas, uma vez que a credibilidade do medicamento produzido pelas grandes empresas estava fortemente relacionada ao controle do processo produtivo pela detentora da patente, sem repasse a terceiros (SANOFI, 2016; LEEM, 2017b).

Só na década de 2000 é que as empresas CDMO tiveram um crescimento vertiginoso, em grande medida devido ao surgimento dos medicamentos biológicos, que têm maior valor agregado e são grandes consumidores de ciência e tecnologia. Assim, oferecendo a produção de insumos especializados, essas empresas manufatureiras permitiram às grandes empresas farmacêuticas se dedicar mais às fases de desenvolvimento, pesquisa, patentes e *marketing*. No entanto, mesmo essas fases (exceto o *marketing*) vêm sendo realizadas por empresas CDMO.

É o segmento que mais vem crescendo nesse ramo, de tal modo que atualmente temos empresas globais com

essa especialização, presentes na maioria dos países que têm produção farmacêutica expressiva. Segundo relatório da Ernst & Young (2017), entre 2012 e 2016, só nos EUA foram adquiridos mais de US \$ 23 bilhões em ativos, sendo 43% no mercado interno e a maior parte no restante de compradores europeus. O relatório da consultoria Kurmann Partners (2017) apresenta estimativa de vendas das CDMO superior a US \$ 120 bilhões em 2017. Enfim, os números são expressivos tanto em termos globais quanto nos principais países produtores, apesar de ser uma especialização pouco conhecida fora do *métier* de *experts* do ramo farmacêutico.

Na França, encontramos 19 indústrias trabalhando como CDMO especificamente voltadas à produção de biomedicamentos. São empresas com destaque no mercado, algumas com altos índices de exportação. A maioria dessas empresas está vinculada à rede de Biopolos, sendo que algumas outras são criação da própria rede. Ou seja, o esforço empreendido pelo Estado para fomentar a produção de biomedicamentos resultou na implementação de uma série de empresas CDMO para atender às necessidades não só dos mercados, mas do próprio Estado, que visa dar segurança a um aspecto específico da saúde pública no país, que é a obtenção de *know-how* e produção de biomedicamentos.

No Brasil, essas empresas também estão presentes, sendo grande parte aquelas de alcance global e que compram plantas industriais nacionais para implementar processos produtivos de padronização global para atender às demandas dos laboratórios sediados aqui mas também no exterior, uma vez que apresentam altas taxas de exportação. Não há ainda dados específicos para esse segmento no país, e constatamos sua presença no território por meio de breves menções em relatórios internacionais sobre empresas CDMO (ERNEST & YOUNG, 2017), na plataforma Orbis, que oferece dados de aproximadamente 300 milhões de empresas no mundo, e em *sites* das maiores empresas que indicavam presença de filiais no Brasil.

Esse novo tipo de empresa do mercado farmacêutico global cumpre um duplo papel na produção dos aconteceres: por um lado, nos aconteceres homólogos e complementares que reúnem no território empresas de médio e pequeno porte para atender às necessidades de cooperação das corporações do setor e, por outro, com seu surto de crescimento de pelo menos duas décadas, passaram a produzir ações verticais, chegando nos territórios como acontecer hierárquico, na medida em que impõem aos pequenos e médios laboratórios nacionais novas dinâmicas e padronizações para atender às normas de produção global.

Os fluxos de insumos e produtos acabados

Frequentemente, as análises de fluxos de bens manufaturados apresentam indistintamente os valores e as quantidades da produção industrial (o que atende a determinadas necessidades e objetivos). Ocorre que há diferenças que podem ser instrumentais para apontar alterações no *modus operandi* da produção de determinado ramo. Isso é especialmente sensível quando se procura analisar os circuitos espaciais produtivos relacionados às produções industriais: se um circuito produtivo é global, como se operacionaliza a divisão territorial do trabalho transfronteiriça?

Decorre daí nosso entendimento de que é fundamental analisar os fluxos da produção industrial segmentando os conteúdos técnicos que saem e chegam aos países para consumo industrial (BRITO, 2008). Assim, verificar como se dividem as exportações e importações de insumos produtivos e de produtos acabados pode ajudar a entender a divisão técnica do trabalho, elemento fundamental que caracteriza os circuitos espaciais produtivos. Os insumos produtivos são objetos técnicos comercializados para outra produção industrial, sendo, portanto, um produto que tem valor agregado. A heparina, por exemplo, é um anticoagulante extraído da mucosa de bovinos e suínos. Segundo a Abiquifi,⁴ em 2018, as empresas desse segmento bastante especializado exportaram US\$ 40,3 milhões para a produção de medicamentos em 15 países.

Tomemos os casos brasileiro e francês na importação e exportação de insumos produtivos e medicamentos acabados e, para ter um parâmetro para esses fluxos, o dos EUA, responsáveis pelos maiores volumes de produção em geral. A importação de insumos produtivos é um indicador firme da capacidade produtiva de determinado ramo, uma vez que são produtos que passam por linhas de produção e agregação de valor e podem passar por mais indústrias, dentro ou fora do país. Isso fornece elementos importantes para a análise de um circuito espacial produtivo como abrangência, a rede de fluxos que se forma, os modos de operação das corporações etc.

Observando dados das maiores exportações e importações de fluxos, se vê onde estão as maiores concentrações de laboratórios e, por extensão, os maiores complexos industriais da saúde. É um pequeno grupo seleto de países que detêm um parque industrial farmacêutico, e, apesar do contraste dos mapas, o Brasil está entre os 15 primeiros. Quando não os distinguimos, sabemos apenas quais são os maiores mercados

⁴A ABIQUIFI – Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica foi fundada em 1983 e, no início de 2010, para representar de maneira mais ativa as empresas que se dedicam à produção de adjuvantes farmacotécnicos e de insumos farmacêuticos não ativos, passou a se chamar Abiquifi – Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica e de Insumos Farmacêuticos” (ABIQUIFI, [s.d.]).

Figura 1

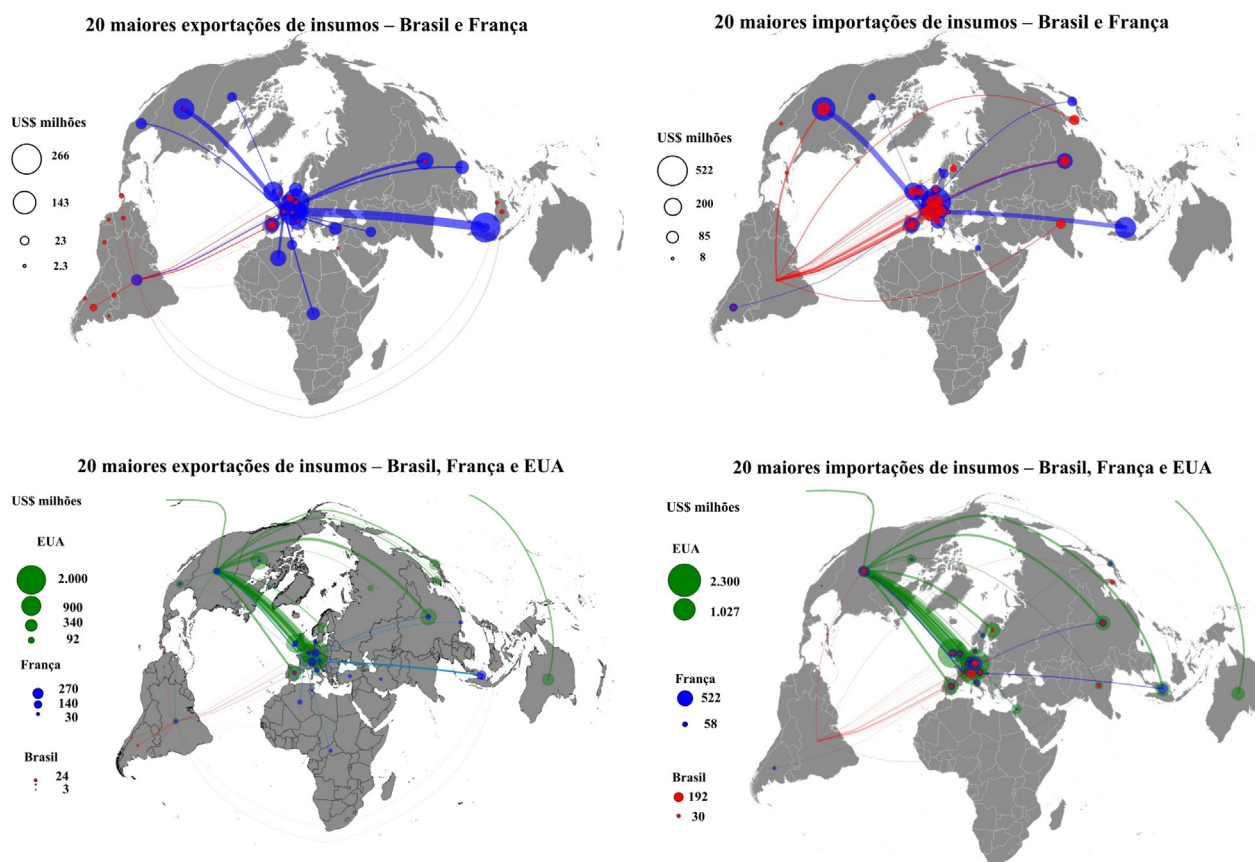


Tabela 1 – Importação de insumos farmacêuticos – Brasil, França e EUA – 2017 (em US\$)

	Brasil	França	EUA
Insumos	1.009.408.585	2.559.468.116	12.238.285.856
Acabados	5.414.840.981	20.602.751.203	83.788.010.944
TOTAL	6.424.249.566	23.162.219.319	96.026.296.800

Fonte: MDIC/Secex/Sistema Alice/USA Trade/France Aduane/ Système RITA. Org. do ANTAS JR.

Tabela 2 – Exportação de insumos farmacêuticos – Brasil, França e EUA – 2017 (em US\$)

	Brasil	França	EUA
Insumos	147.509.840	2.191.131.575	10.942.298.965
Acabados	1.072.532.639	29.163.728.426	34.563.392.284
TOTAL	1.220.042.476	31.354.860.001	45.505.691.249

Fonte: MDIC/Secex/Sistema Alice/USA Trade/France Aduane/ Système RITA. Org. do ANTAS JR.

consumidores da indústria farmacêutica.

Os valores e as quantidades de insumos produtivos para a indústria farmacêutica no comércio internacional são crescentes e apontam a tendência de realização simultânea da mercadoria em diferentes lugares e regiões. Essa tendência está relacionada às empresas CDMO e à expansão geográfica dos grandes laboratórios (frequentemente acima de 50 países) (ANTAS JR., 2019a), assim como aos investimentos em inovação. De modo menos direto ou causal, essa tendência está relacionada aos Estados e a seus sistemas públicos de saúde (ao grande investimento público no setor).

Portanto, é possível afirmar que há uma combinação entre os aconteceres hierárquico, homólogo e complementar que promove uma unicidade do tempo, e as corporações se valem dessa possibilidade – participando da articulação de temporalidades sem ser o único agente responsável por elas – e controlam os mercados na medida em que associam vantagens competitivas de diferentes lugares com a divisão espacialmente fragmentada da produção.

Presença global e o uso da simultaneidade como força competitiva

A realização simultânea do produto industrial final em âmbito global é uma prática corporativa que vem ganhando corpo, mas ainda não é dominante na produção farmacêutica global. De todo modo, é crescente, sobretudo em ramos que garantem maior produção de valor agregado como os biomedicamentos (ANTAS JR., 2019b), e, controlando os fluxos de insumos, as corporações logram hegemonizar eficientemente as demais empresas que dependem da territorialidade das formações socioespaciais. O fato de uma empresa conseguir um contrato para fornecer um insumo produtivo para alguma das Big Pharma – por exemplo, um soro de vacina – pode colocá-la em cooperação capitalista com empresas de vários pontos do mundo, interferindo diretamente em seu faturamento. Ao mesmo tempo, ela fica refém das exigências dessa lógica, cujo estabelecimento geralmente fica a cargo da corporação.

Como tendência dessas práticas, os produtos finais devem se realizar cada vez mais ao mesmo tempo e em muitos lugares. Trata-se, segundo entendemos, de um uso competitivo da simultaneidade. A sincronia espacial da produção industrial é um processo longo, resultado da construção de estruturas técnicas e organizacionais que promovem fluxos de insumos e produtos acabados. Como afirma Harvey (2005, p. 136), é o “deslocamento

temporal por intermédio de investimentos a longo prazo”, e seu controle é o exercício da hegemonia corporativa.

Só se pode atingir a prática empírica da simultaneidade porque se estruturam circuitos espaciais produtivos e, como procuramos apontar, essa estruturação não é viável sem a forte presença dos Estados territoriais, sobretudo se tratando da saúde como campo produtivo e de negócios capitalistas.

Assim, se, por um lado, há um exercício específico de hegemonia como a corporativa, a hegemonia do Estado sobre seu território não está necessariamente em segundo plano e tampouco apequenada ou subjugada. Aos Estados, interessa deter e desenvolver o setor secundário como um todo, seja pelo emprego e pelo desenvolvimento científico e tecnológico, seja por ser uma questão de autonomia e soberania, como é o caso dos sistemas públicos de saúde, para garantir o fornecimento de toda sorte de insumos médico-hospitalares, inclusive os fármacos.

E, ao concorrer para a produção racional e eficaz da simultaneidade entre os espaços da globalização (SANTOS, 1994b, p. 50) especializados em determinadas produções e fluxos, os Estados (juntamente com as corporações) aumentam seu poder econômico, inclusive no campo da geopolítica, o que vale tanto para o ramo farmacêutico como para o complexo industrial da saúde como um todo.

Considerações finais

Buscamos aqui ressaltar um elemento fundamental para compreender os circuitos espaciais produtivos, que é o uso combinado dos aconteceres homólogos, complementares e hierárquicos, sem o qual dificilmente seria possível pensar uma divisão territorial do trabalho distribuída espacialmente em diferentes cidades e regiões de diferentes países do mundo.

Como mostram os dados do ramo farmacêutico que apresentamos, os fluxos globais não correspondem a movimentos de produtos, informações e capitais por todo o planeta, mas aos países que têm lugares especialmente dotados de tecnologia e organização para acolher essas verticalidades. Os grandes investimentos públicos e privados para a construção de tais espaços da globalização levam em conta a necessidade de inserção do lugar/região na sincronia desses espaços para efetivar a produção industrial global.

Porém essa questão teórica tem muito a ser aprofundado, pois depende de mais debate sobre a caracterização dos aconteceres em diferentes temas de investigação, como os ligados ao agronegócio ou

às finanças (apesar de já serem existentes iniciativas importantes). Aqui, tratamos apenas de enunciar complexos de eventos que se articulam em torno de uma dinâmica territorial para atender à dinâmica do tempo despótico (SANTOS, 1994b, p. 31) e chamamos atenção para o fato de que não propusemos uma hierarquia de importâncias entre os quatro complexos de eventos trabalhados.

Assim, não pretendíamos comparar a economia política da saúde da França e do Brasil, mas assinalar que as ações globais relacionam duas ou mais formações socioespaciais na produção das ações globais e por isso é que ganha relevo a combinação entre os acontecimentos homólogos, complementares e hierárquicos: "O conhecimento empírico da simultaneidade dos eventos e o entendimento de sua significação interdependente são um fator determinante da realização histórica" (SANTOS, 1996, p. 162).

O que intentamos assinalar é que não basta falar em ação global ou produção global sem considerar quais são as práticas que ensejam tais eventos. Portanto, é preciso aprofundar a riqueza de situações geográficas que coexistem e como elas podem ser instrumentais de forças hegemônicas, assim como criar um campo de resistência contra elas.

Referências

- ABIQUIFI. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA FARMOQUÍMICA E DE INSUMOS FARMACÊUTICOS. Disponível em: <http://abiquifi.org.br/em-foco_/abiquiflashes/>. Acessado em: 8 fev. 2019.
- ALMEIDA, E. P. (2005) *Uso do território brasileiro e os serviços de saúde no período técnico-científico-informacional*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ANTAS JR., R. M. (2019a) Economia política da saúde no território francês e a produção farmacêutica globalizada. *Mercator*, Fortaleza, v. 18, maio. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e18009>>. Acesso em: 31 jul. 2019. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2019.e18009>.
- ANTAS JR., R. M. (2019b) O complexo industrial da saúde no território francês: uma análise do circuito espacial produtivo de biomedicamentos. *Confins – Revue Franco-Brésilienne de Géographie*, n. 40. DOI: 10.4000/confins.19965.
- ANTAS JR., R. M. (2017) A economia política da saúde no território brasileiro e seu complexo industrial: uma análise a partir do conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 29, n. 2, p. 243-256, nov. 2017a. ISSN 1982-4513. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/38455>>. Acesso em: 21 ago. 2019.
- ANTAS JR., R. M. (2005) *Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito*. São Paulo: Humanitas.
- BADIOU, A. (1996) *O ser e o evento*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BRASIL. Senado Federal. (1990a) Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF.
- BRASIL. Congresso Nacional. (1990b) Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF.
- BRASIL. Ministério da Saúde. (2008) Portaria n. 1.942, de 17 de setembro de 2008. Aprova o Regimento Interno do Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde - GECIS e institui o Fórum Permanente de Articulação com a Sociedade Civil. Brasília, DF.
- BRITTO, J. (2008) Redes empresariais: elementos estruturais e conformação interna. In: DUARTE, F.; QUANDT, C.; SOUZA, Q. (Org.). *O tempo das redes*. São Paulo, Perspectiva.
- CASTILLO, R. A.; FREDERICO, S. (2010) Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, MG, v. 22, n. 3, p. 461-474.
- CLARK, S. (2017) Dinâmicas e perspectivas do mercado farmacêutico e consumer health. *Quintiles IMS – World Review Conference*. Disponível em: <http://sindusfarma.org.br/arquivos/sydney-clark-quintilesims_ago2017.pdf>. Acessado em: 31 jan. 2019.
- CORDEIRO, H. (1980) *A indústria da saúde no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- CORDILHA, A. C.; LAVINAS, L. (2018) Transformações dos sistemas de saúde na era da financeirização: lições da França e do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7. p. 2147-2158.
- CORRÊA, R. L. (1997) Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 279-318.
- COSTA, R. G.-R.; SANGLARD; G. (2006) Oswaldo Cruz e a Lei de Saúde Pública na França. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 493-507.
- DAVID, V, C. (2016) *Território e saúde: circuitos da economia urbana dos equipamentos médicos no estado de São*

Paulo. São Paulo, Humanitas/Fapesp.

DUPUY, J. P.; KARSENTY, S. (1980) *A invasão farmacêutica*. Rio de Janeiro, Graal.

EPFIA. European Federation of Pharmaceutical Industries and Associations. (2018) *The Pharmaceutical Industry in Figures*. Report.

ERNST & YOUNG. (2017) *Consolidation of the CDMO industry: opportunities for current players and new entrants*. Report.

FRANCE. Pro.dou@ne. Disponível em: <<https://pro.douane.gouv.fr>>. Acessado em: 31 jan. 2019.

HAESBAERT, R. (2010) *Regional Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HARVEY, D. (2005) *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.

HENDERSON, J.; DICKEN, P.; COE, N.; HESS, M.; YEUNG, H. W.-C. (2011). Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 8, n.15, p. 143-170.

HIRST, P.; THOMPSON, G. (1998) *Globalização em questão*. Petrópolis, Vozes.

INTERFARMA. Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa. (2015) Comparações internacionais no comércio de produtos farmacêuticos e balança comercial brasileira de medicamentos: evolução em 10 anos. *Interdoc* São Paulo: Interfarma. v. VI. Disponível em: <<https://www.interfarma.org.br/public/files/biblioteca/70-balanaa-comercial-site.pdf>>. Acessado em: 5 fev. 2019.

INTERFARMA. Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa. (2018). Disponível em: <https://www.interfarma.org.br/guia/guia2018/dados_do_setor#mercado_farmaceutico_mundial>. Acessado em: 5 fev. 2019.

KURMANN PARTNERS. (2017) About growth and strategies in CDMO business. Disponível em: <https://www.kurmannpartners.com/fileadmin/user_upload/180830_About_growth_and_strategies_in_the_CDMO_business__this_one.pdf>. Acessado em: 4 dez. 2018.

LEEM. Les Entreprises du Médicament. (2014) Biomédicaments en France état des lieux 2014. Rapport, Septembre.

LEEM. Les Entreprises du Médicament. (2017a) Les Entreprises du médicament: bilan économique du secteur du médicament 2017. Rapport.

LEEM. Les Entreprises du Médicament. (2017b) Enjeux et perspectives des producteurs pour tiers de principes actifs et de médicaments. Rapport, Mars.

MORAES, A. C. R. (1985) Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de cooperación en el espacio. In: YANES, L.; LIBERALI, Y. A. M. (comp.). *Aportes para el estudio del espacio socioeconómico*, tomo III, El Colóquio. Buenos Aires, p. 152-177.

ORBIS Plataform. Bureau Van Dijk <https://www.bvdinfo.com/en-us/our-products/data/international/orbis>

SANOFI. (2016) Document de référence 2016.

SANTOS, M. (1985) *Espaço e método*. São Paulo, Nobel.

SANTOS, M. (1988) *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo, Nobel.

SANTOS, M. (1994a) O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo, Hucitec.

SANTOS, M. (1994b) *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec.

SANTOS, M. (1996) *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Hucitec.

SANTOS, M. (2000) *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro, Nobel.

SASSEN, S. (2010) *Sociologia da globalização*. Porto Alegre, Artmed.

SCHRAIBER, L. B. (1993) *O médico e seu trabalho: limites da liberdade*. São Paulo: Hucitec.

SILVEIRA, M. L. (1999) *Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina*. São Paulo: Fapesp/Laboplan.

SILVEIRA, M. L. (2013) Tiempo y espacio en geografía: dilemas y reflexiones. *Revista de Geografía Norte Grande*, Santiago, n. 54, p. 9-29. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.4067/S0718-34022013000100002>>. Acessado em: 5 jan. 2019.

SINDUSFARMA. (2017) *Relatório anual de atividades*. Disponível em: <<http://sindusfarma.org.br/arquivos/RAA2017-baixa.pdf>>. Acessado em: 5 fev. 2019.

UNITED STATES SENSUS BUREAU. The Official Source of Trade Statistics. Disponível em: <<https://usatrade.census.gov>>. Acessado em: 5 fev. 2019.

Data de recebimento: Fevereiro/2019

Data de publicação: Junho/2020